

**AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.087 - TO (2019/0157421-2)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : ANDRE LUIZ ALVES DE FREITAS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FALTA GRAVE. COMETIMENTO DE NOVO DELITO. DESCUMPRIMENTO DO USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA. DATA-BASE. ALTERAÇÃO. REGRESSÃO DE REGIME. PERDA DOS DIAS REMIDOS. FRAÇÃO MÁXIMA. DECISÃO FUNDAMENTADA. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Firmou-se, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que o cometimento de falta grave pelo apenado implica a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação de pena, bem como autoriza a regressão de regime e a revogação de até 1/3 dos dias remidos.

2. Encontrando-se concretamente fundamentada, ante o cometimento de falta grave, a perda dos dias remidos na fração máxima de 1/3, levando em consideração a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do executado e seu tempo de prisão, ausente violação dos arts. 57 e 127 da LEP.

3. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator